

Esta proposta merece por parte do MICA, movimento que aqui represento, na qualidade de Vereador, uma posição clara e inequívoca pela política populista e abusiva como V. Exa., Senhor Presidente, aborda, afirma e contradiz em função das suas conveniências.

No que concerne a esta matéria, política adoptada por anteriores executivos, com os quais, o senhor se disse, no mínimo identificado ideologicamente, porque na prática não é isso que se constata, V. Exa., inscreveu uma verba no valor de 530.000.00€, nas GOP e no Orçamento para 2006, para fazer face à problemática das casas degradadas, no casco urbano antigo e assim colmatar compromissos financeiros com habitações devolutas, já adquiridas, e para novas aquisições. Com a mesma fundamentação, inscreveu uma verba de 546.000.00€, nas GOP's e Orçamento para 2007. E o mesmo fez para 2008, inscrevendo uma verba, no valor de 444.000.00€

Para que não permaneçam dúvidas a fundamentação usada foi e é sua e passo a citar: **«Estas verbas são para fazer face a compromissos financeiros com habitações devolutas já adquiridas e para novas aquisições, para projectos e obras de recuperação das casas degradadas»**.

Senhor Presidente, estes dois imóveis que se propõe agora alienar já não se enquadram nesta sua política? No seu manifesto eleitoral, relativamente a esta matéria, V. Exa., apresentou as seguintes promessas:

«Teremos que criar condições para promover a reabilitação de habitações degradadas em todas as freguesias do Concelho, visando o seu uso habitacional e eventual integração em projectos de interesse turístico»,

«A grande aposta será a da recuperação do edificado degradado existente no casco urbano antigo, para realojamento de famílias carenciadas e fomento do turismo de aldeia»,

«Atendendo à grande importância da habitação na fixação de pessoas, o realojamento de casais jovens, será nossa preocupação, com o objectivo de renovar o tecido social».

Como é possível, que depois de tantas promessas e de ter inscrito as verbas nos orçamentos respectivos, já enunciadas, vir afirmar que o Município é neste momento proprietário de um grande número de imóveis degradados e a sua recuperação implica um avultado investimento? Depois de prometer tantas linhas de acção opta pela inversão da política anunciada. Pura contradição!!!

Senhor Presidente, o imóvel adquirido em 23/02/2007, a Generosa Marques Teixeira e filhos, foi no seguimento de mais uma promessa eleitoral sua e cito: **«A requalificação da envolvente do Convento de Santo António será para nós uma prioridade, atendendo a que este projecto se revela de importância capital para a viabilização da unidade hoteleira em apreço»**. Há cerca de dois meses, o senhor esclareceu o Senhor Vereador Virgílio Vidinha, após uma interpelação deste, que já tinha uma solução para este imóvel, só que não informou que essa solução era a sua alienação, o que se presume que já estaria em mente.

Se não quer dar a utilização para o qual este imóvel foi adquirido, então e de acordo com as suas promessas eleitorais citadas, porque não o transforma numa habitação para casais jovens ou para fins de turismo de aldeia?

Quanto ao imóvel adquirido pelo anterior executivo, em 30/06/2005, a Maria do Céu Martins Namorado e seu irmão Jaime Martins Namorado, pelo valor total de 79.690.00€, com o intuito de se instalarem as sedes sociais das Associações Culturais e Empresariais existentes, o Senhor Presidente corroborou e deu seguimento a esta intenção, porque foi mais uma promessa apresentada no seu manifesto eleitoral e cito: **«Comparticiparemos a beneficiação da sede da Associação Desportiva de Alter e a Academia de Associações Culturais e Empresariais em edifício recentemente adquirido para o efeito».**

Perante a proposta de venda deste imóvel, inúmeras questões podem ser colocadas, mas há uma que não posso deixar de apresentar, quais são as Associações Culturais e Empresariais existentes em Alter do Chão que tenham umas instalações condignas, para além da Associação dos Bombeiros Voluntários de Alter e da Banda Municipal Alterense? Dou exemplos: Associação Desportiva de Alter, instalada num edifício da Câmara, sem o mínimo de condições; Coral Polifónico; Rancho Folclórico “As Ceifeiras”; Grupo Alterense de Cultura; Grupo de Forcados Amadores de Alter do Chão: ADPAC- Associação Defesa do Património Arquitectónico de Alter do Chão; Alter Real BTT; Associação do Merino Português; APROFNA; ASAFLA e porque não o Clube Alterense de Caçadores!? A propósito, deixe-me avivar-lhe a memória, porque proferiu uma afirmação, aquando da discussão da cedência de espaço para instalar a ASAFLA e cito: **«É minha preocupação dar as melhores condições possíveis de funcionamento a todas as Associações do Município para que possam prosseguir os objectivos a que se destinam»**, é alienando este edifício que o senhor proporciona as melhores condições de funcionamento às Associações, como afirma ser a sua preocupação? Não concordamos!

Já que não pretende dar a utilização, para a qual, os imóveis foram adquiridos, deveria o Senhor Presidente, notificar os anteriores proprietários, antes de apresentar esta proposta, no sentido de saber se estariam interessados em readquiri-los, é assim que deveria proceder o Município, como pessoa de bem que deve ser, representado pelo Senhor. Procedimento realizado em situações análogas em anteriores executivos.

Fico perplexo, quando afirma: **«Pela sua localização privilegiada, existe procura por parte de particulares para adquirirem estes prédios urbanos»**, mas...o Município transformou-se numa empresa imobiliária? É concorrente da Remax ou da Era? Como teve a desfaçatez de antes de apresentar esta proposta, ter procurado ou tentado angariar compradores, como se tratasse de propriedade sua? É muita arrogância e prepotência da sua parte.

São atitudes e comportamentos desta índole, partilhados por muitos Autarcas, que os Municípios gozam da fama negativa que todos sabemos e ouvimos diariamente.

Por tudo o exposto, conclui-se, que muitas das suas políticas são baseadas em atitudes e decisões sem consistência, mal amadurecidas, pouco ponderadas, sem estudo cuidado e sem suporte financeiro, o que nos leva a afirmar serem, apenas, medidas eleitoralistas.

Senhor Presidente não nos resta alternativa senão votar contra a proposta apresentada.

Se a proposta vier a ser aprovada, em nome da transparência, proponho que o anúncio da venda seja publicado nos jornais diários e semanários de maior tiragem a nível nacional.